Hadassa Christina do Amaral Gomes
Juliana Nogueira de Paula

REDES SOCIAIS E CRIMINALIDADE:

um panorama das relações familiares e comunitárias de adolescentes em conflito com a lei

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG
2015

Hadassa Christina do Amaral Gomes
Juliana Nogueira de Paula

REDES SOCIAIS E CRIMINALIDADE:

um panorama das relações familiares e comunitárias de adolescentes em conflito com a lei

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Profª. Drª. Luciana Assis Costa

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG
2015

RESUMO

Introdução: A juventude é produto de um processo de construção social, compreendida como uma estrutura esquadrinhada em dimensões físicas, psíquicas, sexuais e morais, buscando definir uma identidade. Essa busca identitária, muitas vezes, é tangida por tensões, criando associações entre juventude e delinquência. **Objetivo:** Analisar as relações familiares e comunitárias de jovens em conflito com a lei, buscando compreender as possíveis influências desses vínculos no envolvimento com a criminalidade. **Métodos:** Trata-se de um estudo qualitativo, onde participaram 16 adolescentes, com idade entre 12 a 18 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade em Minas Gerais. Utilizou-se como instrumento de coleta um roteiro semiestruturado e o material foi transcrito e explorado segundo análise de conteúdo. A discussão foi apoiada em teorias que buscam compreender influências das relações sociais na construção do histórico de ações dos sujeitos. **Resultados e Discussão:** Os principais resultados demonstraram que as famílias, compostas especialmente pela presença materna, são instituições que não atuam de forma a reduzir o risco dos jovens se envolverem com o crime. Já em comunidade, a relação com a vizinhança mostrou-se desenvolvida a partir de elos de respeito, estabelecidos por hierarquização de poder. Nesse mesmo contexto, também foram construídos vínculos com indivíduos envolvidos em organizações de criminalidade. Em geral, a dialética recompensa x punição se apresenta como principal fator de influência na prática do comportamento desviante. **Considerações Finais:** Conhecer vínculos sociais viabiliza a elaboração de medidas de intervenção que antecedam e sucedam as práticas criminosas.

Palavras-chave: Adolescente. Relações familiares. Relações comunidade. Delinquência juvenil.

ABSTRACT

Introduction: The youth is a product of a process of social construction, understood as a scanned structure in physical, psychic, sexual and moral dimensions, searching to define an identity. This identity searching is, in many cases, followed by tension situations, creating associations between youth and delinquency. **Objective**: To analyze the family and community relationships of young people in conflict with the law, by searching to understand the possible influence of those bonds into the involvement with criminality. **Method**: This is a qualitative study, where 16 adolescents with ages ranging between 12 and 18 years old participated, in accordance to the socio-educational measure of deprivation of freedom in the State of Minas Gerais. The collection instrument used in this study was a semi structured script. The material was typed and explored according to the analysis of the content. The discussion was supported by theories that search to understand the influences of the social relations in the construction of the historical of actions of the subjects. **Results and discussion:** The main results found demonstrated that the families, formed especially by the mother presence only, are institutions that do not act to reduce the risk for the young people to get involved in crimes. On the other, within the community, the relationship between young people and the neighborhood seemed to be developed through bonds of respect, established by power hierarchy. In the same context, it was also built bonds among people involved in crime organizations. In general, the dialectic rewarding versus punishment is presented as the main factor to influence the act of the deviant behavior. **Conclusion:** Get to know social bonds enable the development of intervention measures that precede and succeed criminal practices.

Keywords: Adolescente. Family relationship. Community relationship. Youth delinquency.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SEDS - Secretaria de Estado de Defesa Social

SUASE - Subsecretaria de Atendimento às medidas Socioeducativas

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7
2 MARCO TEÓRICO 10
3 MÉTODOS 12
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 14
4.1 Composição familiar 14
4.2 Convivência familiar 15
4.3 Relação com a comunidade 20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 24
REFERÊNCIAS 25
ANEXO I 27

1 INTRODUÇÃO

A representação da adolescência, emancipada e concebida como uma etapa preparatória para a vida adulta, é um fenômeno contemporâneo à emergência e à consolidação da sociedade moderna (ADORNO; BORDINI; LIMA, 1999). A juventude, quando compreendida como uma parte da segmentarização do curso de vida em fases, é um produto de um complexo processo de construção social, formulada num contexto de particulares circunstâncias, variante e diretamente dependente de culturas (PAIS, 1990). No contexto da sociedade brasileira, o ECA (1990) considera adolescência a faixa etária dos 12 até os 18 anos de idade incompletos.

Adorno, Bordini e Lima (1999) descreve o corpo adolescente como uma estrutura esquadrinhada por uma série de discursos (médicos, psicológicos, sociológicos, religiosos, pedagógicos e jurídicos), que percorrem suas dimensões físicas, psíquicas, sexuais e morais, buscando definir uma identidade própria. Nessa perspectiva, Bordieu (2003) se refere à adolescência como uma categoria socialmente manipulada e manipulável, quando compreendida como uma unidade social e um grupo dotado de interesses comuns referidos a uma idade definida biologicamente. O mesmo autor ainda remete aos adolescentes como indivíduos que se encontram numa instabilidade identitária, tratados com uma invisibilidade social, onde são adultos para certas coisas e crianças para outras.

Considerando a juventude como unidade social, imersa em um contexto, é necessário compreender a relação direta entre esses aspectos. Conforme Bueno (2007), os processos de constituição das habilidades humanas estão associados e sofrem interferência das condições e trajetórias sociais do indivíduo, sendo inerente às histórias de vida e condições de existência. Neste trabalho dar-se-á relevância a duas instituições socializadoras: família e comunidade. Para Mac Donald *et al.* (2005), redes de amigos, familiares e conhecidos, são suportes onde os adolescentes aprendem sobre a vida e adquirem um quadro cultural de referência para a interpretação do mundo social em torno deles. As pessoas, por muitas vezes, se tornam profundamente ligadas a lugares específicos, que oferecem significados socialmente compartilhados, e que contribuem em moldar quem elas são em virtude de onde elas estão.

A família corresponde a uma instituição equiparada a um grupo social, que apresenta vários tipos de arranjo e percorre um ciclo vital e dinâmico (SCHENKER; MINAYO, 2003). Em seu estudo, Mc Donald *et al.* (2005) encontram a família como um

espaço de proteção e sustento, onde as pessoas estão ligadas por razões emocionais e práticas. No caso da juventude, esses mesmos autores pontuam que os jovens podem se considerar como agentes livres, capazes de construir suas próprias maneiras de estar na sociedade, porém seus comportamentos e características sempre continuarão derivados de suas famílias. Na mesma concepção, as redes sociais em comunidade, citadas por este mesmo autor, em geral são meios promotores de sentimentos de apoio, segurança, acolhimento e confiança. Essas redes são frequentemente compostas de indivíduos em circunstâncias de vida extremamente semelhantes (MAC DONALD *et al.,* 2005).

A adolescência só começou a ser encarada como fase da vida quando, no séc. XIX, os problemas e tensões a ela relacionados se tornaram objetos de consciência social, criando associações entre juventude e delinquência. (PAIS, 1990; ADORNO; BORDINI; LIMA, 1999). Assim como a adolescência, a delinquência juvenil é entendida de diferentes perspectivas. Em seu estudo, Adorno, Bordini e Lima (1999) apresenta parte da literatura que compreende a delinquência a partir da análise de variáveis das possíveis causas desse fenômeno. Os fatores que influenciam na relação dialética adolescente e delinquência são diversos, e envolvem aspectos individuais, familiares, comunitários e escolares (ADORNO; BORDINI; LIMA, 1999).

O envolvimento de adolescentes em atos infracionais violentos no Brasil aumentou significativamente nos últimos anos, em número e gravidade das ações (SANTOS; FEDEGER, 2008). Esse fenômeno vem crescendo em ritmo acelerado e em elevadas proporções, principalmente nos centros urbanos, em virtude do consumo e do tráfico de drogas (ADORNO; BORDINI; LIMA, 1999). A Nota Técnica publicada em 2015 pelo IPEA (organizada por SILVA; OLIVEIRA) afirma que os jovens envolvidos em comportamento desviantes ainda se apresentam mais como vítimas do que como autores. Essa condição é explicada a partir da fase de desenvolvimento da adolescência, que apresenta um quadro de vulnerabilidade maior à situações de risco e violência, considerando a conjuntura atual do contexto sócio histórico brasileiro de desigualdades sociais.

Na conjunção relacional adolescência/problema social, a atenção do poder público é atraída e surgem medidas, que por via institucional consigam dar resolução parcial ou total a esses problemas (PAIS, 1990). No Brasil, a legislação que se encontra em vigor para a regulamentação dos direitos do público infanto-juvenil é o ECA, instituído pela Lei nº 8.069 de 1990. Este documento incide um novo olhar sobre o jovem infrator, sustentado pelo paradigma da proteção integral. O estatuto prevê que menores de 18 anos são inimputáveis, mas capazes de cometer atos infracionais, e orienta um sistema de controle judicial baseado

na responsabilização socioeducativa de jovens entre 12 e 18 anos incompletos que praticam conduta considerada ilícita. O adolescente é responsabilizado mediante processo legal que estabelece sanções, sob a forma de medidas socioeducativas, que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, conforme previsto no artigo 227 da Constituição Federal e no artigo 104 do ECA (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

Este sistema de medidas realiza seu trabalho fortalecendo os laços comunitários e promovendo estímulos à autonomia e independência por meio da participação na sociedade. Prioriza eixos pertinentes aos direitos, sendo eles: educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, saúde, família, integração social comunitária e segurança cidadã (SEDS). São previstas sete diferentes medidas socioeducativas, estabelecidas de acordo com a gravidade do ato infracional. Neste estudo, o contexto foco se deu na medida socioeducativa de internação, a qual está prevista no art. 121 do ECA, e pressupõe a internação dos jovens em centros socioeducativos por um tempo variável de seis meses a três anos.

Considerando então o amplo discurso atual no contexto brasileiro sobre o jovem infrator e a necessidade de ampliação de conhecimento nesta área, compreendendo aspectos relacionais que podem influenciar diretamente na ressocialização desses indivíduos acautelados, o presente estudo se faz relevante. Nesse interim, essa pesquisa tem como objetivo analisar as relações familiares e comunitárias de jovens em conflito com a lei, buscando compreender as possíveis influências desses vínculos no envolvimento com a criminalidade.

2 MARCO TEÓRICO

Algumas teorias buscam compreender as influências das relações sociais na construção do histórico de ações dos indivíduos, dos seus valores, da elaboração moral e de conceitos pessoais. Dentre as teorias existentes, Akers (1999) apresenta a teoria de Aprendizagem Social do Crime, que procura explicar os caminhos pelos quais ocorrem a interação social, e como a troca de significados entre os sujeitos pode estar presente no fazer de cada indivíduo. Esse autor aponta as possíveis formas de como um comportamento criminoso pode ser aprendido, mantido e reproduzido através do processo de socialização. A teoria apresenta uma possível explicação para a criminalidade e condutas desviantes, onde são analisadas diferentes variáveis que podem de certa forma controlar a ação criminosa, motivar a ação criminosa e facilitar ou não a conformidade com esses comportamentos (AKERS, 1999).

As variáveis apresentadas por Akers (1999) são: Associação Diferencial, Reforço Diferencial, Definição e Imitação. Na Associação Diferencial os indivíduos estão expostos à condutas que podem aprovar/reprovar o comportamento delinquente ou favorável à lei. Outros aspectos que podem influenciar diretamente nas ações dos jovens são as recompensas e punições, existentes ou resultantes dos comportamentos, delinquente ou não, fenômeno definido pelo teórico como Reforço Diferencial. O autor não exclui a forte influência dos valores, das orientações e da moral, como termômetros para julgar os atos como corretos ou incorretos, processo nomeado Definição. Outra variável destacada por Akers (1999), e não menos importante, é a Imitação, resultante da observação dos comportamentos pró-sociais (conjunto de ações definidas pela sociedade como beneficentes para outros e para o sistema legislativo vigente) e antissociais dos referenciais marcantes nos grupos em que os sujeitos se relacionam, desse modo, que culminem ou não em ações delinquentes (AKERS, 1999).

Assim como a teoria de Akers (1999), que explica a influência da interação social no comportamento dos sujeitos, Bourdieu expressa que o meio social onde se vive e as ações praticadas nele, são guardadas pelos indivíduos de forma subjetiva, através da ação, reflexão e habitus (LIMA, 2015). O habitus se caracteriza como um sistema de informações absorvidas pelos sujeitos no decorrer de suas vivências, no qual as experiências mais duradouras são aquelas provenientes da socialização primária na família, não excluindo as relações comunitárias. Uma vez que esse habitus é organizado frente às condições sociais de existência, ele gera percepções, representações, opiniões, crenças, gostos, desejos, enfim, uma subjetividade se exterioriza na ação dos indivíduos e grupos, contribuindo para produzir e

reproduzir as estruturas sociais (LIMA, 2015). Ressalta-se que o habitus não tem uma forma fixa, pois se reestrutura a cada novo marco na trajetória social, o que resulta em diferentes atos e representações. Nessa perspectiva, as práticas não são determinadas e as escolhas dos sujeitos são orientadas pelo habitus. O individual e o social não são desconexos e se articulam constantemente. Desse modo, o habitus é um "sistema adquirido de esquemas geradores" (BOURDIEU, 1980 *apud* LIMA, 2015).

Ainda nesse contexto das relações sociais, destaca-se a teoria da Corrente Geracional, descrita por Pais (1990), que se refere às diferentes culturas (dominadas e dominantes) existentes em uma sociedade e seus valores enraizados. A Corrente Geracional tem como cerne a descontinuidade e continuidade de valores intergeracionais, que podem ser reproduzidos ou confrontados. No processo de descontinuidade intergeracional ocorrem as seguintes ramificações: a socialização contínua e as rupturas e conflitos. Na socialização contínua, os jovens sem grandes confrontos absorvem os valores e normas das gerações mais velhas. Em contrapartida, as rupturas e conflitos ocorrem quando os jovens constroem seus próprios ideais e valores, e se opõem aos ensinamentos, comportamentos e aspectos culturais de sujeitos mais adultos, resultando em atritos na convivência entre gerações. A corrente geracional também apresenta a reflexão de que os aprendizados transmitidos pelas instituições como a escola, família e amigos, podem ser de fato assimilados de forma passiva, e reproduzidos pelos jovens, resultando no ciclo da continuidade geracional. Por fim, outro aspecto apresentado, é a escolha dos jovens quanto aos seus modelos a serem seguidos. Nesse processo, os amigos e companheiros que de alguma forma apresentam situações e vivências similares são vistos como referenciais para os jovens, onde a partir desse momento os padrões e regras estabelecidas pelos adultos passam a ser irrelevantes (PAIS, 1990).

Além das teorias apresentadas, um estudo realizado por Mac Donald et al. (2005), com a participação de jovens em um contexto de exclusão e marginalidade social em comunidades pobres, complementa o embasamento teórico para a discussão referente às relações sociais e suas influências no agir dos indivíduos. Os autores apresentam que os laços familiares e entre amigos, moradores da mesma comunidade, são reconhecidos pelos jovens como um suporte para o enfrentamento dos momentos difíceis, um norteador para a escolha das ações e um fator que pode moldar a personalidade. Ao mesmo tempo, contradizendo aos possíveis "benefícios" desses vínculos, o autor mostra que as vivências acumuladas nesse contexto de exclusão social e marginalidade, pode ser destrutivo, quando cerceia novas perspectivas de vida e novas interpretações do mundo social (MAC DONALD *et al.*, 2005).

3 MÉTODOS

Este estudo está vinculado ao projeto de pesquisa intitulado "Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade: tempo de permanência no sistema e o impacto da medida na vida dos adolescentes", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, edital 07-2012, parecer nº 535510.

Constitui-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, que segundo Minayo e Sanches (1993), é uma metodologia que investiga a complexidade de fenômenos específicos e delimitáveis, buscando compreender as relações e atividades humanas com os significados que as dão sentido. A matéria fundamental da investigação qualitativa é a palavra, que expressa a fala cotidiana, seja nas relações afetivas ou técnicas (MINAYO; SANCHES, 1993).

Participaram deste estudo 16 adolescentes, selecionados aleatoriamente, com idade entre 12 a 18 anos, em cumprimento de medida socioeducativa no regime de privação de liberdade. Foram parceiras desta pesquisa um total de quatro instituições de acautelamento no estado de Minas Gerais, sendo três localizadas na capital - Belo Horizonte - e uma em região metropolitana. Foram assinados os termos de consentimento livre e esclarecido para participação da pesquisa. Utilizou-se como instrumento de coleta entrevistas associadas a um roteiro de orientação semiestruturado (anexo I), que abordava, dentre outros assuntos, vínculos sociais antecedentes ao acautelamento, especialmente em relação aos laços inter ou intragrupais. Bourdieu (1996) destaca a estratégia de apreender histórias de vida individual como sendo parte da história coletiva de um grupo e de uma classe, o que dá significado a este estudo, diante dos fenômenos das relações sociais e familiares vinculadas a criminalidade de jovens.

Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento de todos os envolvidos (jovens, direção dos centros e superintendência da SUASE), transcritas na íntegra, e inseridas no *software* Atlas.ti para organização. Os dados coletados foram explorados a partir do método de análise de conteúdo, descrito por Campos (2004) como um conjunto de técnicas de pesquisa que objetiva a busca do sentido de um documento. A análise de conteúdo procura apreender a totalidade de uma situação e descrever e compreender a complexidade de um caso concreto, mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado.

Seguindo o viés da análise de conteúdo, que organiza as informações por meio de categorização de elementos que constituem o material de estudo, esse trabalho priorizou a utilização de três categorias: composição familiar, convivência familiar e relação com a

comunidade. Essas categorias foram estabelecidas posteriormente, após a leitura exaustiva dos dados coletados, a partir da saturação. Destaca-se que o processo de análise nesta pesquisa foi apoiado em uma perspectiva sociológica relacional, com o objetivo de avaliar ou descrever o comportamento humano.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Retomando as categorias de análise priorizadas, os resultados e discussão apresentados a seguir farão menção a cada unidade.

4.1 Composição familiar

A pesquisa realizada apresentou que em relação à composição familiar, de um total de 16 adolescentes, 8 moram com as mães, 2 moram com os pais e somente 4 moram com pais e mães numa mesma residência. Além disso, 2 jovens não moram com nenhum dos genitores (pai e/ou mãe). Com relação aos irmãos, 14 adolescentes convivem com esses em sua moradia, tendo uma variação de 1 a 7 irmãos.

Dentre o total de adolescentes, 9 dividem a residência com outros membros familiares, tais como avós, tios, primos, sobrinhos, filhos, padrastos e namorada. Quanto à extensão familiar, o número de pessoas residentes em uma mesma moradia varia de 3 a 18, com uma média de 5,9 por casa.

> Entrevistador: E quem vivia na sua casa com você?
> Adolescente 1 : Uai a turma, meu pai, minha mãe, meus irmão, meus sobrinho tudo, meus primo, mora todo mundo lá.
> --
> Adolescente 2 : Eu, minha mãe, meu padrasto, minha vó e meu tio.
> --
> Adolescente 3 : Eu, meu pai e meu irmão.
> --
> Adolescente 4 : Mais seis irmãos, minha mãe, meus dois filhos e minha ex. namorada.
> --
> Entrevistador: Quem mora na casa com você?
> Adolescente 5 : Meu primo e outro irmão [...] e minha tia e meu vô.

Em um estudo similar a este, que objetivou compreender o perfil e o convívio familiar de adolescentes em conflito com a lei, a grande maioria dos jovens infratores residiam somente com um de seus pais, sendo a mãe a figura com maior presença neste núcleo familiar e o pai ausente. O estudo também identificou que em geral as famílias eram numerosas e afirmou que essa situação repercutiu significativamente na qualidade da atenção materna (FEIJÓ, 2001).

No estudo aqui desenvolvido foram evidenciadas características semelhantes aos dados de Feijó (2001), onde nos relatos apresentados, as famílias dos adolescentes são constituídas monoparentalmente, com uma prole numerosa e ausência de pai. Ainda quanto à estrutura familiar, Feijó (2001) relata que há pessoas fora da família nuclear vivendo no mesmo lar dos jovens, o que também é real no presente trabalho.

4.2 Convivência familiar

Os jovens relataram que, antes de se envolverem com a criminalidade, conviviam de forma mais próxima com a família. Após o envolvimento, verifica-se um distanciamento dos seus familiares, seja pelo fato de se mudarem de casa e por passarem grande parte do tempo na rua ou em atividades relacionadas ao tráfico. Alguns entrevistados disseram que após a entrada na criminalidade começaram a residir em uma moradia vinculada ao tráfico, que se assemelhava a uma "república", onde acontecia o comércio de drogas.

Entrevistador: Quando você ficava em casa, com quem você mais convivia?

Adolescente 6 : Com minha mãe.

--

Entrevistador: E você tinha um tempo de convivência com sua irmã, você encontrava com ela, com sua mãe?

Adolescente 7 : Todo dia.

Entrevistador: E depois que entrou pro crime como era?

Adolescente 7 : Aí depois que entrei pro crime, eu não parava lá em casa.

Entrevistador: Ainda tinha os encontros?

Adolescente 7 : Só na delegacia.

Entrevistador: Com sua mãe? E na casa?

Adolescente 7 : Ah, só as vezes só, eu nem morava lá.

--

Entrevistador: Você voltou pra morar com ela? (Referindo a mãe)

Adolescente 7 : Voltei. No dia que eu voltei, ai ela endoidou comigo... me xingou demais.

Entrevistador: Mas te recebeu?

Adolescente 7 : Recebeu normal. Eu quis sair de lá... ela me recebeu, ai beleza. Só que os outros meninos continuou ficando lá.

Entrevistador: Nessa outra casa?

Adolescente 7 : É na outra casa. Eu quis voltar mesmo, eu vi que eu tava emagrecendo. (Referindo a época em que voltou para a casa materna, depois de ter residido na moradia vinculada ao tráfico)

Nesse contexto, um quadro de ruptura familiar se destaca, concomitantemente ao fenômeno da descontinuidade geracional (PAIS, 1990). A construção de próprios valores é característica da tensão e interrupção do convívio familiar apresentado. Segundo Pais (1990), a juventude se encontra num estado muito específico de disponibilidade, aprendizagem da vida social e impermeabilidade ideológica, e essa situação os leva a vivenciarem de forma intensa o processo de sociabilidade de uma maneira própria, causando conflitos e rupturas, caracterizados neste relato pelo envolvimento no crime e saída de casa.

Ainda relacionado aos trechos apresentados, o agrupamento dos jovens numa mesma casa vinculada ao mercado do tráfico de drogas, além dos aspectos relacionados a manutenção de um vínculo ocupacional, retrata também um fenômeno proposto pela Corrente Geracional que compreende que experiências são igualmente compartilhadas entre indivíduos da mesma geração, que vivem circunstâncias semelhantes e enfrentam problemas similares (PAIS, 1990).

Subsequente ao convívio familiar, os relatos demonstraram que os familiares estão cientes do envolvimento dos jovens com o crime e uma parte significativa desaprova esse comportamento. Em muitas famílias, especialmente por parte das mães, a oferta de dinheiro ou bens adquiridos por meio da criminalidade eram rejeitadas, como manifestação de reprovação ao ato praticado.

Adolescente 7 : Tinha doze eu acho. Ai, eu vendia droga lá, um dia eu tava vendendo droga lá, minha mãe foi lá... ai já começou a endoidar comigo... ai, sem querer eu falei palavrão com ela, primeira vez que eu falei palavrão com ela... ai nó... ai que eu comecei envolver mesmo.

Entrevistador: E, depois disso?

Adolescente 7 : Depois disso, foi dessa vez que eu sai de casa eu acho. Eu já sai de casa duas vezes já.

--

Entrevistador: E sobre o tráfico?

Adolescente 5 : Eles achava mal .

Entrevistador: Não gostava não? Quem achava mal?

Adolescente 5 : Todo mundo lá de casa ue.

--

Entrevistador: E o que que sua mãe achava?

Adolescente 8 : Todo dia ela falava pra mim sair, eu não ouvia porque eu tava ganhando dinheiro, eu não saía e ficava.

--

Entrevistador: Mas ela sabia o que você fazia?

Adolescente 7 : Sabia.

Entrevistador: E o que ela falava?

Adolescente 7 : Ela viu que não tinha jeito mais.

Entrevistador: É, mais mesmo assim ela te cobrava satisfação?

Adolescente 7 : Falava pra mim, pra mim sair, eu não saía.

--

Adolescente 8: Eu já ofereci já, mas ela não pegava no meu dinheiro não.

(Referindo a mãe)

Em contrapartida, 5 dos 16 adolescentes relataram a presença de familiares envolvidos com a criminalidade. Vale ressaltar que essas declarações aconteceram de forma espontânea, a partir de perguntas sobre trabalho, abordadas durante as entrevistas.

Entrevistador: O seu irmão mais velho tem quantos anos?

Adolescente 9 : 19.

Entrevistador: E ele trabalha?

Adolescente 9 : Ele tá preso agora.

--

Entrevistador: O risco era a policia? Lá em Ponte Nova tinham guerras de grupos igual tem aqui em Belo Horizonte?

Adolescente 10: Na época tinha, na época lá morreu 25 presos, e o meu irmão morreu na cadeia, pegou fogo na cadeia.

--

Entrevistador: Por que você entrou no crime?

Adolescente 8 : Ah, por causa que eu perdi pessoas da minha família.

Entrevistador: Que pessoas?

Adolescente 8 : O meu pai e dois irmãos.

Entrevistador: Eles morreram?

Adolescente 8 : Morreu, e eu revoltei.

(Morreram baleados por consequência do envolvimento com o crime)

--

Adolescente 11 : Eles acha ruim de eu tá preso, mas acha bom de eu tá longe de lá.

Entrevistador: Longe de lá?

Adolescente 11 : Longe de meu pai.

Entrevistador: Do seu pai? Fazendo o quê?

Adolescente 11 : Mexendo com droga.

--

Adolescente 5: [...] meu tio antigamente era patrão lá da minha quebrada [...] os meninos lá chegava lá no baile dele e fumava droga.

As famílias são unidades incluídas claramente no processo de Associação Diferencial, e as condutas de aprovação/reprovação ao comportamento desviante e a exposição à definições favoráveis ou desfavoráveis, segundo Akers (1999), podem ocorrer dentro desse ambiente antes do início da delinquência. As situações de reforço diferencial, previstas em punições e/ou recompensas são indicadas claramente nos trechos apresentados acima, quando os atos são reprovados pela família de maneiras diferentes (verbais e recusa de bens materiais), mas essas desaprovações não são suficientemente capazes de bani-los, por consequência das recompensas oferecidas por parte do envolvimento nas redes de criminalidade, traduzidas em ganhos econômicos e de prestígio social. Nessa perspectiva, é percebido que não há homeostase entre punição e recompensa, sendo as situações de recompensa mais significativas nesse contexto e possivelmente contribuintes para a construção de comportamentos desviantes.

Além disso, o envolvimento de uma parte de familiares destes adolescentes em condutas desviantes remete a outro conceito da Teoria da Aprendizagem Social do Crime (AKERS, 1999): a variável Imitação, que se refere a prática de uma ação após a observação de comportamentos semelhantes. Ressalta-se aqui que a observação de modelos marcantes nos grupos primários (no contexto do estudo, a família) influencia na aquisição inicial e no desempenho de comportamentos desviantes, além de ter efeitos reforçadores na manutenção deles.

Ampliando a discussão quanto a participação dos familiares na criminalidade, a teoria de habitus proposta por Bourdieu (LIMA, 2015), também apresenta que determinadas experiências vivenciadas pelos indivíduos geram ações que exteriorizam aquilo que foi aprendido e conhecido no decorrer da vida. As práticas de alguns dos familiares nesse contexto estavam ligadas diretamente à condutas delinquentes, desse modo também colaborando para a constituição do habitus dos jovens, refletindo na continuidade de comportamentos relacionados com o crime. Contudo, vale ressaltar que essa situação não é tão comum no caso dos adolescentes entrevistados, visto que em sua maioria a família repreende o envolvimento com a criminalidade.

Prosseguindo na descrição dos relatos, apesar do distanciamento dos jovens dos seus familiares quando estão envolvidos com o crime, a maioria mencionou a existência de um sentimento de cuidado e preocupação, especialmente das mães, em relação a eles. Mesmo quando já engajados na criminalidade, os jovens relataram que suas genitoras continuam cobrando comportamentos esperados, principalmente em relação à participação na escola.

Contrapondo essa situação, os adolescentes afirmaram não corresponder às tentativas de controle.

Entrevistador: Se algum dia você faltasse na escola, tinha alguém que cobrava alguma satisfação de você?

Adolescente 2 : Minha mãe, minha vó.

Entrevistador: O que acontecia se você faltasse de aula?

Adolescente 2 : Ah, eles ficavam me xingando o dia todo.

--

Entrevistador: Se algum dia você faltasse de aula acontecia alguma coisa lá na sua casa?

Adolescente 2 : Acontecia.

Entrevistador: O que que acontecia?

Adolescente 2 : Minha mãe me batia.

--

Entrevistador: E tinha alguém na sua casa que cobrava satisfação de você?

Adolescente 8 : Como assim?

Entrevistador: Falava assim: onde você está indo?

Adolescente 8 : Minha mãe.

Entrevistador: Ela cobrava?

Adolescente 8 : Cobrava... mas eu num dava satisfação não.

--

Entrevistador: Na sua casa sua mãe te cobrava, fazia alguma exigência?

Adolescente 7 : Sim, mas eu num dava satisfação não.

Entrevistador: Mas ela pedia?

Adolescente 7 : Ela pedia, insistia.

Percebe-se que a atitude das mães ao tentarem definir um comportamento adequado para seus filhos, expressa o que para elas é socialmente correto e esperado. Em sua teoria, Akers (1999), apresenta a Definição, como o processo de se estabelecer determinadas condutas como corretas ou não. Considerando esse contexto, é nessa construção, que os indivíduos imprimem seus ideais, moral e valores que foram elaborados e moldados possivelmente por diferentes situações, como política, religião e/ou cultura.

Ainda relacionada ao comportamento das mães, apesar de demonstrarem cuidado e proteção por seus filhos, elas não deixam de se opor quanto as atividades ilícitas dos jovens, porém observa-se que as atitudes criminais continuam sendo praticadas em consequência do desequilíbrio entre punição x recompensa. Essa situação contradiz Akers (1999), que afirma que as chances de ocorrência de comportamentos desviantes são equivalentes aos reforços oferecidos.

Em algumas declarações, percebe-se que os familiares expressam o desejo de "mudança de vida" dos jovens, caracterizada principalmente por constituição de uma família, conquista de um emprego formal e continuidade dos estudos:

> Entrevistador: O que a sua mãe quer pra você?
> Adolescente 2 : Ela quer o melhor pra mim.
> Entrevistador: O que seria este melhor?
> Adolescente 2 : Ter uma vida boa, ter filhos, casar…
> --
> Entrevistador: E o que você acha que os seus pais desejam pra você? Sua mãe, seu padrasto?
> Adolescente 8 : Deseja o melhor.
> Entrevistador: Mas o que é o melhor pra eles?
> Adolescente 8 : Que eu trabalho, saio daqui como minha casa, deseja o melhor pra mim.

Inerente aos relatos, percebe-se o incentivo e apoio dos pais para a construção das trajetórias de vida de seus filhos, ampliando possibilidades ocupacionais, não ligadas à criminalidade. Nesse panorama, Mac Donald et al. (2005) aponta que o apoio e suporte oferecido pelos familiares pode ser uma base para a elaboração do repertório de escolhas dos jovens e ainda colaborar na busca por alternativas de enfrentamento de vivências mais difíceis. Retomando a discussão sobre a variável Definição, proposta por Akers (1999), percebe-se novamente que os familiares definem o que seria uma boa vida, expondo seus ideais e concepções. Desse modo, fica evidente o desejo dos pais quanto a perpetuação de seus valores e práticas de seus ensinamentos por parte de seus filhos.

No entanto, esses familiares reproduzem uma condição social desfavorável de oportunidades e capital cultural, dada a situação de vulnerabilidade social vivida pela maioria. Bordieu (1979 *apud* LIMA, 2015) retrata a importância do acúmulo de capital cultural, que se expressa através de conhecimentos políticos, acadêmicos e artísticos. Esse autor afirma que tal capital se reverte em lutas nos espaços sociais e é gerador de novas perspectivas e oportunidades de vida. Desse modo, essa disparidade referente ao capital cultural dos familiares dos entrevistados, também pode prever possibilidades do envolvimento com a criminalidade por parte dos jovens.

4.3 Relação com a comunidade

Akers (1999) afirma que não se pode consolidar que o fenômeno da delinquência se inicia puramente no processo de interação familiar. Sendo assim, neste estudo considerou-se também a relação comunitária juvenil e suas implicações.

No que tange ao convívio com a vizinhança, os relatos demonstraram relações ambivalentes entre juventude e comunidade. Os sentimentos dos moradores em relação aos jovens dizem explicitamente de relações de respeito e tranquilidade construídas a partir de hierarquização de poder. Neste caso, o sentimento de temor incutido nos moradores aparece como ponto importante, e é constantemente explicado pela influência dos participantes das redes criminosas (nesse contexto, a juventude) sobre a organização e segurança da comunidade.

Adolescente 5 : Tem vizinhos que é pela ordem.

Entrevistador: Como é a relação?

Adolescente 5 : Ai tranquilo ué, quando a policia vem ele avisa nós.

--

Entrevistador: Então eles fugiam de você?

Adolescente 8 : É.

Entrevistador: Você acha que todo mundo tinha medo de você?

Adolescente 8 : Tinha.

--

Entrevistador: Mas vocês andavam armados assim na frente deles?

Adolescente 12 : Andava uai.

--

Entrevistador: Quem respeitava? A comunidade de uma forma geral?

Adolescente 9 : Todo mundo. Eu respeitava a comunidade e a comunidade me respeitava. Eu respeitava elas.

Entrevistador: Os vizinhos te respeitavam?

Adolescente 9 : Respeitava, porque eu respeitava eles.

Entrevistador : Era um troca então de respeito.

Adolescente 9 : Isso, só não trocava favor, esses trem. A única coisa que fazia era se os outros roubasse a casa de um pessoal da favela a gente ia cobrar né, porque senão eles chamava a polícia pra cobrar eles. A gente mesmo ia lá e cobrava.

O estudo de Mac Donald *et al*. (2005), realizado a partir de entrevistas com moradores de comunidade pobres, retrata a mesma realidade descrita. O respeito dentro da comunidade é gerado a partir das relações de poder estabelecidas, onde os envolvidos com a

coordenação do tráfico de drogas assumem um papel superior de governo (MAC DONALD *et al.,* 2005).

A comunidade como um todo é um lugar que oferece segurança e ajuda mútua, apesar do cenário de pobreza e exclusão social. Há a suposição de que ambientes vistos como mais problemáticos podem ter mais sentimentos de inclusão social e apoio, pois muitos sofrimentos enfrentados são suportados coletivamente (MAC DONALD *et al.,* 2005). Em comunidade, os adolescentes entrevistados do presente estudo puderam construir relações de amizade com outros moradores e algumas dessas relações foram estabelecidas com indivíduos que também se inseriram ou já estavam envolvidos em organizações de criminalidade.

Entrevistador: Esses amigos morava onde, perto da sua casa, longe?

Adolescente 2: Na rua de casa.

Entrevistador: É? Você conhecia eles têm muito tempo?

Adolescente 2: Desde pequeno.

Entrevistador: Então seus amigos eram os meninos que você conhecia desde pequeno?

Adolescente 2: É, eu fui lá tem pouco tempo e eles estava tudo lá trabalhando.

--

Adolescente 7 : Nó, os meninos da minha rua é tudo gente boa.

Entrevistador: Mas não são os mesmo colegas da boca?

Adolescente 7 : Não.

Entrevistador: Alguns são outros não?

Adolescente 7 : De nós lá, só eu, o P. e o F. que envolvia sabe.

--

Entrevistador: […] eram parceiros? Rolava falsidade? Um trapaceando o outro?

Adolescente 7 : Não, porque a gente foi criado junto.

Entrevistador: Desde novinho?

Adolescente 7 : Desde pequeno.

Entrevistador: Eles te protegiam, era uma relação de proteção?

Adolescente 7 : Protegia. Quando eu tava precisando também, me ajudava, ou eu ajudava eles…

--

Entrevistador: Como que você conseguiu?

Adolescente 11 : Vender droga? Com os amigos.

Entrevistador: É só chegar lá e falar: quero vender droga?

Adolescente 11 : Não

Entrevistador: Como é?

Adolescente 11 : Eu andava com eles, ai eu falei: vou parar de trabalhar, vou vender droga também.

No contexto de viver e conviver em comunidade, rememora-se a variável de Associação Diferencial, em sua dimensão interacional, que é explicada em duas vertentes: a primeira intitulada por associação direta, quando o indivíduo se relaciona diretamente com outros que se envolvem em determinados comportamentos; e a segunda intitulada por associação indireta, quando são evocados grupos de referência e identificação (AKERS, 1999). Retomando a discussão de Mac Donald et al. (2005) em comunidades, grupos tendem a se formar por sujeitos em circunstâncias semelhantes, e segundo Akers (1999) os grupos são espaços capazes de oferecer os principais contextos sociais em que todos mecanismos de aprendizagem social se efetuam, sendo promotores da apresentação de modelos de seguimento para o comportamento criminoso ou pró-social.

Neste âmbito, compreende-se as associações diretas e indiretas (por grupos) que os jovens do presente estudo puderam estabelecer. Um indivíduo pode optar por uma interação mais profunda com os outros (incluindo os grupos) ao considerar que eles também estão envolvidos em desvios semelhantes (AKERS, 1999). Segundo Sutherland (1999), baseado na Teoria da Aprendizagem Social do Crime, a associação com outros sujeitos envolvidos em desvios de conduta é o melhor preditor do crime, no qual o indivíduo é influenciado diretamente pelas práticas que conduzem à prática de desvios de conduta. Destaca-se aqui que após a construção de associações e a experimentação de reforços ou punições ao comportamento, neste caso os desviantes, a busca de novas associações são afetadas (AKERS, 1999), sendo dificilmente rompido o desvio de comportamento.

Complementando essa discussão, mais uma vez, Sutherland (1999) aponta que quanto mais expostos à práticas desfavoráveis à lei, em um longo período de tempo e o quanto antes na vida, maiores são as chances dos indivíduos se envolverem na criminalidade. Ainda nesta conjuntura, as vivências apresentadas pelos jovens, novamente fazem referência as premissas do conceito de habitus, definido por Bourdieu. Neste cenário, pode-se considerar que o convívio e a amizade estabelecidos desde a infância com outros adolescentes que também estavam envolvidos na criminalidade, colaboraram para a construção de pilares que no decorrer de suas trajetórias, foram desenvolvendo e moldando preferências e ações (LIMA, 2015). Evidencia-se nesse processo, que durante a trajetória social, os jovens compartilharam de comportamentos desviantes com seus amigos, o que possivelmente resultou na reprodução de uma estrutura social, nessa circunstância a criminalidade juvenil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criminalidade juvenil é atualmente um assunto com grande repercussão midiática e societária, deste modo, conhecer as realidades dos protagonistas desta trama é caminhar para a desmistificação do senso comum. Neste estudo buscou-se analisar e compreender as relações familiares e comunitárias como possíveis fatores do comportamento infrator.

Retoma-se aqui que em várias situações encontradas no convívio familiar e comunitário a dialética punição x recompensa foi evidenciada como determinante dos desvios de conduta. Neste panorama, infere-se que o desmantelamento das redes tradicionais de socialização (dentre essas família e comunidade) criaram espaços para a construção de comportamentos antissociais, que no caso da criminalidade, são alimentados a partir das recompensas oferecidas pela sociedade de consumo atualmente instaurada e pelas possibilidades de afirmação de uma identidade, tanto desejada no período juvenil.

Conhecer os vínculos sociais de adolescentes já envolvidos na criminalidade se constitui de uma situação promotora de reflexões quanto à medidas de intervenção que antecedam as práticas criminosas, além de corroborar com a construção de estratégias a serem discutidas e implementadas no sistema de medidas socioeducativas vigente. Ademais, compreender o histórico ocupacional e as trajetórias sociais de jovens em desvios de conduta é capaz de contribuir significativamente tanto para a prática de profissionais envolvidos nas medidas socioeducativas quanto na prática direta com comunidades em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T.; LIMA, R. S. L. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 13, n. 4. p. 13. 1999.

AKERS, R.L. A Social Learning Theory of Crime. In: AKERS, R.L. **Criminological Theories: Introduction and Evaluation**. 2. ed. Los Angeles: Roxbury Publishing Company, 1999. Parte 4, cap. 12, p. 134-146.

BOURDIEU, P. A. La distinction: critique sociale du jugement. éd. de Minuit., Paris. 1979 *apud* LIMA, R. C. P.; CAMPOS, P. H. F. Campo e grupo: aproximação conceitual entre Pierre Bourdieu e a teoria moscoviciana das representações sociais. **Educ. Pesqui**., São Paulo, 2015.p. 63-77.

BOURDIEU, P. A. Le sens pratique. Éd. de Minuit.,Paris.1980 *apud* LIMA, R. C. P.; CAMPOS, P. H.F. Campo e grupo: aproximação conceitual entre Pierre Bourdieu e a teoria moscoviciana das representações sociais. **Educ. Pesqui**., São Paulo, 2015.p. 63-77.

BORDIEU, P. A. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. **Usos e abusos da história oral.** 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BORDIEU, P. A "juventude" é só uma palavra. In: **Questões de Sociologia**. 1 ed. Lisboa: Fim de Século. Tradução: PEREIRA, M. A., 2003. Cap. 12, p. 151-163.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. **Lei n 8.069**, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília. 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 01 nov. 2015.

BUENO, K. M. P. Os processos sociais de constituição das habilidades. **Rev. Ter. Ocup**. Univ. São Paulo. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 47-53. 2007.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. Bras. Enferm**., Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614. 2004.

FEIJÓ, M. C. C. **Raízes da violência:** a importância da família na formação da percepção, da motivação e da atribuição de causalidade de adolescentes infratores e de seus irmãos não infratores. 2001. 228f. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional De Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2001.

LIMA, R. C. P.; CAMPOS, P. H. F. Campo e grupo: aproximação conceitual entre Pierre Bourdieu e a teoria moscoviciana das representações sociais. **Educ. Pesqui**., São Paulo, v. 41, n. 1, p. 63-77, jan./mar. 2015.

MAC DONALD, R.; SHILDRICK, T.; WEBSTER, C.; SIMPSON, D. Growing up in poor neighbourhoods: the significance of class and place in the extended transitions of 'socially excluded' young adults. **Sociology**. v. 39, n.5, p. 873-891. 2005.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ**., Rio de Janeiro, v. 9, n.3, p. 239-262. 1993.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, v. XXV (105-106). n. 1. 2. p. 139-165. 1990.

SANTOS, D. R.; FEDEGER, A. M. O terapeuta ocupacional no processo de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade: transformação através da ocupação. **Rev. Ter. Ocup**. Univ. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 100-107. 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL (SEDS). Subsecretaria de Atendimento às medidas Socioeducativas (Suase). Disponível em: <http://www.seds.mg.gov.br/>. Acesso em: 01 novembro 2015.

SCHENKER, M; MINAYO, M. C. S. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.1, n.8, p. 299-306. 2003.

SILVA, E. R. A.; OLIVEIRA, R. M. (Orgs.) **O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal:** esclarecimentos necessários. Brasília. IPEA, 2015.

SUTHERLAND, E. H.; CRESSEY, D. R. A Theory of Differential Association. In: AKERS, R.L. **Criminological Theories: Introduction and Evaluation**. 2 ed. Los Angeles: Roxbury Publishing Company, 1999. Parte 4, cap. 10, p. 122-125.

ANEXO I

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA

Tipo de convivência e Rotina	
1.	Qual é o endereço de onde você mora? Há quanto tempo?
2.	Além de você quem mais vive na sua casa? (PIA)
3.	As pessoas que vivem na sua casa trabalham? Com o que? Qual o horário de trabalho delas?
4.	Quando você esta em casa com quem você convivia? Qual era a frequência diária?
5.	Você poderia me contar o que fazia em um dia de semana (períodos manhã/tarde/noite)? E no final de semana? - você tinha algum tempo que não fazia nada? - você tinha alguma atividade que era realizada em casa? Qual? (tempo que passava em casa/frequentava a escola/trabalhava) } Orientações para o entrevistador
6.	Você poderia citar 3 atividades que você gostava de fazer antes de receber a medida, em ordem de importância? - qual é a mais importante? → Orientações para o entrevistador
7.	Existe alguém na sua casa que cobra uma satisfação sobre o que você faz no dia a dia? - fim de semana e um dia normal→ Orientações para o entrevistador
8.	Existe alguém na sua casa que sabe dizer o que você faz no seu dia a dia? Quem sabe? Como sabe?
Compreensão sobre a influencia do cumprimento da medida socioeducativa em sua vida segundo o adolescente	
1.	Para você para que serve o cumprimento da medida socioeducativa de internação?
2.	Você acha justo à medida que recebeu? Por quê?
3.	Você consegue levantar pontos positivos e negativos desse período de

	cumprimento da medida? Quais?
4.	Você poderia me contar como é o seu dia aqui no centro de internação? - dividir o dia em três períodos: manhã, tarde e noite. - atendimentos técnicos; passeios externos - horário das visitas; se frequenta a escola - atividades em geral (oficinas, ativ. esportivas...). - tempo de descanso - se trabalha } Orientações para o entrevistador
5.	Você faz alguma atividade fora do centro de internação? Quais e qual a frequência?
6.	Nesse tempo de cumprimento da medida você viveu alguma experiência nova? Quais? Você poderia descrevê-las?
7.	O que sua família acha sobre a sua internação no socioeducativo?
8.	As pessoas esperam alguma mudança de você? Quais mudanças e quem?
9.	Como você avalia a chance de um menino, quando desligado do sistema socioeducativo, sair da criminalidade? - De 0 a 5 só se necessário } Orientação para o entrevistador
10.	O que poderia ser feito para aumentar as chances de ele sair da criminalidade?
11.	Quais os desafios que uma pessoa passa quando é desligado do sistema?E as facilidades?
12.	Você acha que há alguma chance de alguém voltar a ter que cumprir uma medida socioeducativa? Por quê?
13.	O que você acha que poderia ser ofertado neste tempo cumprimento de medida para ajudar os adolescentes a não reincidir no crime?
14.	Existe alguma pessoa (próxima ou não) que você admira e gostaria de ser igual ou parecido? Por quê?
15.	Existe alguma pessoa que você não gostaria de ser igual ou parecido? Por quê?
16.	Você poderia citar 3 atividades que você gosta de fazer atualmente, em

	ordem de importância? - qual é a mais importante? → Orientações para o entrevistador
17.	O que você acha que seus pais desejam para você?
18.	Como você se vê daqui a 5 anos, e daqui a 10 anos?

Estudo (antes de entrar no socioeducativo)	
1.	Qual a escolaridade dos seus pais ou familiares próximos? (PIA)
2.	Você estuda ou já estudou? (PIA)
3.	Qual série você estava antes de entrar no socioeducativo? E qual série esta atualmente? (PIA)
4.	Onde você morava você tinha facilidade de ir à escola? Era longe ou perto da sua casa?
5.	A escola era um local onde você aprendia coisas que não aprendia em casa ou na rua? Quais?
6.	Você gostava de ir à escola? Poderia me dizer o que gostava e o que você não gostava na escola?
7.	O que você fazia na escola? Com quem?
8.	Você tinha amigo/colega na escola? Você convivia com eles fora da escola?
9.	Se algum dia você faltasse à escola alguém chamaria sua atenção? Faltar à escola tinha alguma consequência na sua casa? E na escola?
10.	Como era o seu comportamento como aluno? O que os professores e colegas achavam de você na escola?
11.	Você alguma vez parou de ir à escola? Por quê?
12.	Você conhece alguém que estudou e que se deu bem no trabalho e como pessoa? Por quê? - para que serve a escola? → Orientações para o entrevistador

Trabalho	
1.	Você já trabalhou ou teve alguma atividade remunerada? Se sim, quando começou a trabalhar? Com o que, e durante quanto tempo? - se houver mais de um trabalho fazer todas as perguntas (da 22 a 32) para todos os trabalhos.
2.	Por que escolheu esse trabalho?
3.	Como você conseguiu esse trabalho?
4.	Você poderia me contar como era sua rotina em um dia comum de trabalho? (dividir em três períodos: manhã, tarde e noite). - O que você fazia - Qual o horário do seu trabalho - Quanto tempo dedicava ao trabalho } Orientações para o entrevistador
5.	Qual era sua função no trabalho?
6.	Você tinha carteira assinada?
7.	Você recebia um salário fixo? Quanto você recebia?
8.	Como era sua relação com seus colegas de trabalho? Vou falar algumas palavras e quero que você me diga qual mais parece ou lembra os seus colegas de trabalho (escolher mais de uma): Confiança; Ameaça; Amizade; Troca de favor; Medo; Parceria; Falsidade, Proteção? } Orientações para o entrevistador
9.	Como você gastava o dinheiro que recebia com esse trabalho? - proporção do gasto % - roupas? - contas? - comida? - se ajudava em casa? } Orientações para o entrevistador
10.	Esse é um trabalho que você quer ou queria permanecer nele? Por quê?
11.	O que sua família achava do seu trabalho? E as pessoas em geral?

Tempo Livre - Diversão (tempo que não esta estudando nem trabalhando)	
1.	No seu dia a dia você tinha algum tempo livre? Quantas horas de tempo livre por dia?
2.	Você podia me contar o que você fazia no seu tempo livre? - com quem - onde - frequência - facilidades/dificuldades de acesso } Orientações para o entrevistador
3.	Você gastava algum dinheiro no seu tempo livre? Com o que? - transporte - comida - entrada (acesso à serviços) } Orientações para o entrevistador
4.	Perto da sua casa tinha lugares que você frequentava no seu tempo livre? Quais?
5.	As atividades que você fazia no seu tempo livre te colocavam em alguma situação de risco? Quais riscos?
6.	Essas atividades de lazer que você realizava eram importantes para você? Por quê?